

**- Observatório de Política Externa Brasileira -  
Nº 03**

**24/04/04 - 30/04/04**

**China investe de forma significativa no Brasil**

Segundo estimativa do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Tecnologia, Luiz Fernando Furlan, a China vai investir em três anos US\$ 5 bilhões no Brasil. Os recursos serão direcionados para setores da mineração, siderúrgico, de transporte e de energia e ao agronegócio. Estes dados foram apresentados durante o encerramento da reunião informal do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), que será criado oficialmente durante a visita de Lula à China no mês de maio. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, houve um aumento, no primeiro trimestre deste ano, de 54% nas vendas externas para este país em comparação ao mesmo período do ano anterior. Para o economista Octavio Barros, como foi noticiado pelo jornal *O Globo*, falta uma estratégia mais objetiva por parte dos exportadores brasileiros e acredita que a visita de Lula à China poderá trazer avanços sobre o mercado chinês. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 24/04/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 24/04; O Globo – Colunas – 24/04/04).

**Países se preocupam com a ampliação da UE**

A União Européia (UE) ampliou suas fronteiras e atualmente conta com mais dez países membros – Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca. Essa ampliação foi motivo de queixa do Brasil e mais oito países da Organização Mundial do Comércio (OMC). Eles levantaram o fato de que as medidas antidumping aplicadas atualmente pelos 15 mercados da UE podem ser automaticamente expandidas pelos novos membros, apesar de acreditarem que tal extensão não é justificada. O Brasil deixou claro que se reserva o direito de questionar, no futuro, a legalidade da ação da UE, ou seja, se essa expansão afetar as exportações nacionais, o governo poderá recorrer à OMC. (O Estado de S. Paulo – Economia – 24/04/04).

**Bird diz que miséria persistirá por muito tempo no Brasil**

Segundo notícia na *Folha de S. Paulo*, o Banco Mundial, Bird, afirmou que a situação de miséria no Brasil persistirá por muito tempo, mesmo que o país volte a crescer a taxas muito mais elevadas do que as atuais. Isso aconteceria, devido à disparidade de distribuição de renda, travada, dentre vários empecilhos, pelo alto endividamento do país. Dados divulgados pelo Bird mostram que a situação de miséria no Brasil está estagnada, pois o percentual de indivíduos vivendo na

região com menos de US\$ 1 ao dia em 2001 era praticamente o mesmo desde 20 anos antes. Outra crítica do Banco Mundial reside na distribuição dos gastos governamentais, argumentando que o problema não seria a falta de dinheiro, já que o país arrecada em impostos 33% do PIB, mas sim, o modo que este dinheiro é gasto. Conforme o periódico, os países da América Latina encontram dificuldades em reduzir a miséria na região e, para reverter esta situação, segundo explicou o vice-presidente do banco para a América Latina, David de Ferranti, “precisam investir mais em infra-estrutura, o que depende de uma boa administração dos gastos”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/04/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 24/04/04).

### **Palocci defende estímulo para infra-estrutura**

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, defendeu na reunião do Comitê Financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) mudanças nas formas como são computados os gastos com investimentos nas contas que determinam o déficit ou o superávit do governo. No último dia 27, anunciou um entendimento com a diretora-gerente interina do Fundo Monetário Internacional (FMI), Anne Krueger, sobre a montagem de projetos piloto para testar a exclusão dos investimentos públicos produtivos nos cálculos de superávit fiscal, como já acontece com países onde não há dúvidas sobre a estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade da dívida. Com o novo modelo, o Brasil será pioneiro na busca de um tratamento diferenciado para projetos de investimentos públicos em infra-estrutura. O trabalho de identificação de projetos e de construção de uma nova metodologia de tratamento fiscal dos investimentos públicos produtivos deverá começar na primeira semana de maio, durante a visita a Brasília de uma missão do FMI incumbida da avaliação trimestral do programa econômico do país, sob o acordo preventivo em vigor. Palocci disse na reunião que é preciso aumentar a qualidade e o volume do investimento público em infra-estrutura na América Latina e manter a sustentabilidade da dívida no médio prazo e a estabilidade macroeconômica no curto prazo. Conforme notícia em *O Globo*, o FMI está disposto a retirar as empresas estatais dos cálculos das contas públicas. Mas isso, segundo Palocci, não interessa ao Brasil, que quer excluir apenas os gastos das estatais, já que elas “têm boa saúde e fazem com que as nossas contas públicas melhorem quando são consideradas”. (Folha de S. Paulo - Dinheiro – 24/04/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 25/04/04, O Estado de S. Paulo – Economia – 26/04/2004; O Globo – Economia – 25/04/04).

### **OMC dá parecer favorável ao Brasil**

Um relatório preliminar da Organização Mundial do Comércio (OMC) deu parecer favorável ao Brasil na ação movida contra os Estados Unidos em função dos subsídios concedidos aos produtores de algodão daquele país. O documento foi encaminhado nesta segunda-feira, dia 26, aos governos dos dois países e tem



caráter confidencial. O relatório final será concluído no dia 18 de junho e se mantida, a decisão abrirá um precedente para futuros contenciosos na área agrícola. Com o relatório preliminar em mãos, Brasil e EUA têm até 10 de maio para apresentar seus comentários sobre o documento. O Brasil apresentou uma queixa na OMC em 2003, acusando os EUA de terem pagado um volume de subsídios acima do permitido aos seus produtores entre 1999 e 2001. A petição brasileira visava demonstrar que os subsídios à exportação e os pagamentos a produtores de algodão norte-americanos violam as leis internacionais de comércio, rebaixando os preços internacionais, e afetando a fatia de mercado da produção brasileira. Segundo relatos extra-oficiais em Genebra, o relatório apresentado pelo Brasil deixou claro que os americanos descumpriram seu compromisso de manter níveis de subsídios estabelecidos na primeira metade dos anos 90. De acordo com a queixa apresentada pelo Brasil à OMC, o prejuízo aos produtores do país, em consequência do esquema norte-americano, foi de algo em torno de US\$ 480 milhões. O representante comercial dos Estados Unidos afirmou nesta quarta-feira, dia 28, que o governo Bush recorrerá à decisão da OMC. Para especialistas, a decisão terá impacto direto sobre as negociações da Rodada de Doha, no ponto referente aos subsídios agrícolas. Acredita-se ainda, que a iniciativa brasileira abrirá precedentes para que outros países recorram à OMC contra os fortes subsídios que os países ricos dispensam na área agrícola. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/04/2004; O Estado de S. Paulo Economia – 27/04/2004; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 28/04/2004; O Estado de S. Paulo – Economia – 28/04/2004; O Globo – Plantão – 26/04/2004; O Globo – Economia 27/04/2004; O Globo - Plantão – 28/04/2004).

### **Disputa entre Brasil e EUA foi debatida**

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, declarou acreditar que a vitória preliminar brasileira no painel instalado na Organização Mundial do Comércio (OMC) caracteriza, a retirada de “um trunfo” das nações desenvolvidas, o qual poderia ser utilizado como barganha nas negociações agrícolas. O Brasil foi acusado de estar se transformando num obstáculo nas negociações da OMC. O embaixador brasileiro nos EUA afirmou que foi a falta de vontade dos Estados Unidos e de outros países em tratar seriamente a questão dos subsídios que fez com que o Brasil adotasse o litígio na questão do algodão. A decisão preliminar da OMC “coloca a questão dos subsídios agrícolas sob os refletores da opinião pública internacional”, afirmou o embaixador. Abdenur acrescentou que se a situação for melhor analisada, ver-se-á que o Brasil e os EUA são parceiros no setor agrícola, pois o Brasil exporta uma grande quantidade de insumos para a agricultura norte-americana. Disse também o diplomata que a decisão da OMC pode ser utilizada por ambos os países para fazer pressão sobre a União Européia e o Japão. Três grandes jornais internacionais, o *Financial Times*, o *New York Times* e o *The Wall Street Journal*, em editorial, elogiaram a decisão da OMC e a postura brasileira ao argumentar que os subsídios dados aos produtores de algodão dos EUA distorcem o mercado internacional. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/04/04;

Folha de S. Paulo – Brasil – 30/04/04; O Globo – Economia – 29/04/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 29/04/04).

### **Reações americanas surgiram frente à vitória preliminar do Brasil na OMC**

Em depoimento à Comissão de Agricultura, no Congresso americano, o representante da Casa Branca para o Comércio Exterior, Robert Zoellick, declarou que vai recorrer da decisão preliminar da OMC. Com isso, o processo pode se arrastar até o final de 2005. O representante passou mensagem, na qual dizia que “seria um grande erro tentar resolver um problema muito complexo pelo caminho do litígio, em lugar de fazê-lo pelo caminho das negociações”. Washington teme que outros países tenham, na vitória brasileira, um incentivo para iniciar novas ações contra os subsídios agrícolas norte-americanos na OMC. Um deputado membro da comissão afirmou que seria perda de tempo submeter o acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) a votação no Congresso, caso o Brasil ganhe em última instância o litígio na questão do algodão. O diretor-geral do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Regis Arslanian, disse em contrapartida que a decisão da OMC não atrapalhará as negociações da ALCA, porque o parecer da organização foi emitido no âmbito multilateral, e não em nível regional. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 29/04/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 29/04/04).

### **Mercosul frustrou-se com proposta da EU**

O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rafael Bielsa, transmitiu ao comissário da União Européia para o Comércio, Pascal Lamy, a insatisfação do Mercosul pela demora da UE em apresentar sua oferta melhorada para a criação de uma área de livre comércio. Segundo confirmaram fontes governamentais, Bielsa disse a Lamy que a informação enviada pela UE é precária e não permite uma avaliação da oferta. Até segunda feira, dia 26, o bloco havia enviado uma lista com apenas 170 dos mais de 800 produtos que após a assinatura do acordo passariam a ter acesso privilegiado ao mercado europeu pela redução de tarifas e a ampliação de cotas. Bielsa afirmou por fim que a UE não está cumprindo o que fora decidido no último encontro entre os dois blocos realizado no último dia 17 em Buenos Aires. (O Globo – Economia – 27/04/2004).

### **Diretor do BNDES critica exigências ambientais do BID e Banco Mundial**

O diretor financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Roberto Thimóteo da Costa, criticou exigências ambientais feitas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Banco Mundial, em resposta a pedidos de empréstimos feitos pelo Brasil. Em sua avaliação, os contratos têm cláusulas que impõem limites na proteção ambiental. O diretor do

BNDES disse que as cláusulas são impossíveis de ser cumpridas e constituem um entrave para o recebimento de empréstimos. Thimóteo lembrou ainda que 12% do território brasileiro pertencem a uma minoria de 250 mil indígenas e, além disso, ninguém preconiza a extinção da fauna e flora em território brasileiro. (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/04/2004).

### **OEA convocou o Brasil a explicar motim em presídio de Rondônia**

Pela primeira vez na história do Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) convocou o governo brasileiro para audiência pública sobre o motim no presídio Urso Branco, do estado de Rondônia. O Brasil não cumpriu o acordo para impedir a superpopulação e novos motins no local, segundo a Corte. Após a rebelião, ocorrida neste mês de abril, foi determinado pela instituição que o Brasil deverá adotar medidas necessárias para proteger a vida e a integridade pessoal dos presos e das visitas, bem como aplicar as normas internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Foi solicitada ainda uma lista contendo os nomes dos presos condenados e daqueles que foram colocados em liberdade e, além disso, informações a respeito dos responsáveis pelo não cumprimento do acordo estabelecido. O governo brasileiro tem até 03 de maio para mandar as informações solicitadas. (O Estado de S. Paulo – Cidades – 27/04/2004)

### **Lula defendeu acordo com a UE e aproximação com África do Sul, Índia e nações árabes**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na Agrishow (feira internacional de tecnologia agrícola), em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, que até o final do ano será fechado um acordo entre o Mercosul e a União Européia (UE), com vistas a facilitar as negociações do Brasil quanto a ALCA. Segundo Lula, um acordo com a UE evitará que “fiquemos subordinados à pressão dos interesses econômicos dos EUA”. O presidente defendeu a aproximação estratégica com a África do Sul e com a Índia, na qual não está descartada nem a cooperação no aspecto militar. A primeira reunião de cúpula entre mandatários da América do Sul e da Liga Árabe a ser realizada no Brasil foi confirmada pelo presidente, também em Ribeirão Preto. (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/04/04; O Globo – Economia – 30/04/04).

### **O Brasil negociará o protocolo adicional com a AIEA**

Em um depoimento na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, disse que o governo brasileiro irá negociar, até outubro, “com tranqüilidade e sem radicalismo”, o protocolo adicional da Agência Internacional de Energia Atômica

(AIEA), que dará maior acesso às instalações nucleares do Brasil. O ministro ressaltou ainda que não está cedendo às pressões dos Estados Unidos e que o Brasil continuará prosseguindo com o seu programa nuclear. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/04/04).

### **Segundo chanceler, concluir-se-ão as negociações da Rodada Doha**

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, será possível concluir as negociações da Rodada Doha até 2005, porque agora existe vontade política para isso. As negociações da OMC estão paradas desde a reunião ministerial de Cancun, em Setembro. Amorim participou de um jantar, organizado pelo ministro do Comércio dos EUA em Londres, onde se pretendia junto com outros participantes, entre eles, o representante da África do Sul, do Quênia e da União Européia, buscar consensos para que as negociações da Rodada Doha saiam da atual paralisação. (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/04/04).